

## INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA: A QUEM PODE INTERESSAR?

*Maria Elena Knüppeln de Almeida\**

Quando se aborda a questão da integração latino-americana, a qual é designada, em função de acordos limitados a poucos países, de MERCOSUL, uma série de indagações, cujas respostas não são facilmente identificáveis, apresentam-se.

A preocupação com alguns desses aspectos, especialmente com os impactos que o processo pode causar para a pequena propriedade rural do Rio Grande do Sul e para as agroindústrias que insumem seus produtos, motivou o destaque de algumas observações sobre o assunto.

Na complexidade que envolve a questão, por sua inserção no contexto mundial, tudo indica que a melhor metodologia de abordagem é aquela que, além de considerar as disparidades entre os diferentes blocos de países, questiona as vantagens intra e interblocos. Entretanto não podem ser desconsideradas as repercussões que o processo poderá trazer para uma região dentro do País e para um setor ou subsetor regional da atividade econômica no espaço que se deseja analisar.

Parece não estar suficientemente esclarecido o "moto" dos processos integracionistas que invadiram o Mundo. Tendo em vista que realidades tão diferentes tentam se atrelar a um processo integrativo, o estudo das diferenças de cada contexto em análise pode auxiliar a identificação das similaridades.

Chama atenção o fato de que na Europa, onde, por razões peculiares ao Continente, surgiu, há mais de 30 anos, a primeira tentativa de integração, ainda não foi obtido um ajustamento harmônico. Em consequência, duvida-se que a América Latina possa, a curto prazo, conseguir superar todos os entraves inerentes a um tipo de relacionamento novo e complexo.

Com isso não se quer dizer que a integração latino-americana é inviável; quer-se, isto sim, destacar o fato de que vários aspectos precisam ser levados em conta.

Em primeiro lugar, as razões conhecidas e a época dos dois processos são diferentes, e não se pode abstrair essa consideração. Em segundo, há peculiaridades específicas que não podem ser transpostas de um caso para o outro.

O enfoque de realce ao setor ou aos setores beneficiados em cada país também é importante, mas deveria ser tratado após uma análise mais abrangente.

Com base na formação de blocos, a nível internacional, grande parte dos que abordam o assunto consideram-no como um fato que forçosamente ocorrerá e, sem entrar na análise da forma como poderá concretizar-se, admitem apenas a situação, não claramente definida, como irreversível. Todavia, quando se pondera sobre aspec-

\* Socióloga da FEE e Especialista em Planejamento Econômico pela CEPAL/ILPES.

tos como vantagens da integração para os países envolvidos, sob o ângulo da acumulação de capital ou sob o impacto da dívida externa, surge a indagação: até que ponto a integração efetivamente acontecerá e, se ocorrer, em que modalidade se concretizará?

A respeito do assunto, é interessante considerar a observação do Prof. Cláudio Accurso (1990) independentemente da explicitação dos objetivos da integração, é preciso entender o papel que a mesma poderá desempenhar para a acumulação do capital, ou seja, para a dinâmica da área integrada. No estudo **Integrações Regionais na Periferia**, o autor demonstra que os motivadores da integração articulada no Primeiro Mundo atendem a razões da dinâmica da economia capitalista, nem sempre presentes na América Latina.

"A dinâmica numa economia periférica se manifesta fundamentalmente: pelas exportações; pelos investimentos estrangeiros em busca do mercado de bens; pelos investimentos estrangeiros em busca do mercado de fatores; pelos investimentos públicos e pelos investimentos em inovação" (Accurso, 1990).

Assim, admitindo que as possibilidades da efetiva integração devam ser avaliadas pela sua contribuição ao fortalecimento das variáveis que interferem na dinâmica da economia e, ainda, que essa contribuição é muito pequena, tornam-se discutíveis as características que configurarão a integração latino-americana. É especialmente discutível que ela se realize pela formação de um bloco independente e similar aos grandes blocos formados no Primeiro Mundo, notadamente ao que foi constituído pela Comunidade Econômica Européia (CEE).

Ainda com relação aos entraves para que a integração latino-americana se concretize, é esclarecedor o estudo de Dércio Garcia Munhoz. A partir de uma análise detalhada do agravamento da dívida externa dos países do Terceiro Mundo, principalmente a partir da segunda crise do petróleo, iniciada logo após a primeira crise dos juros internacionais, os quais triplicaram, chegando a atingir 21% a.a. (início da década de 80), e do programa de ajustamento proposto pelo FMI, o autor vislumbra sólidos entraves para o processo integracionista (Munhoz, 1987, p.80).

A conclusão mais geral é a mais segura sobre o assunto, para Munhoz, é a de que "(...) apenas o crescimento a taxas estáveis, ainda que moderadas, das economias envolvidas no novo esforço de integração poderá assegurar o sucesso do projeto".

Apesar de a viabilização passar necessariamente pelo crescimento econômico a taxas estáveis, difícil de ser implementado a curto prazo, uma das alternativas propostas pode ter reflexos ponderáveis sobre a pequena propriedade rural, razão pela qual deve ser lembrada ao longo de qualquer estudo sobre o assunto.

Trata-se da "criação do comércio", que poderia intensificar o intercâmbio intrazonal. Para Munhoz, essa alternativa se daria pela ampliação do comércio,

"(...) na medida em que os membros da área de integração se disponham a adquirir de seus vizinhos, a preços convidativos, bens antes produzidos internamente a custos mais elevados e supostamente em condições de baixa eficiência" (1987).

Seja por vontade política dos países latino-americanos, seja por indução externa, não obstante todos os entraves assinalados — pequena contribuição à dinâmica das economias capitalistas ou a dívida externa do Terceiro Mundo —, percebe-se a chegada

de modificações que atingirão as economias latino-americanas. A forma de inserção dessas economias no contexto mundial, entretanto, ainda não foi esclarecida.

Profundas mudanças já ocorreram na ordem econômica mundial, e parece não haver dúvidas de que elas começam a se refletir, agora mais intensamente, no contexto latino-americano. Os indicadores de que as relações internacionais se alteraram são indiscutíveis, porém, a partir daí, acreditar que essa alteração implica a formação de um bloco latino-americano com poder de barganha semelhante ao dos blocos primeiro-mundistas é muita ousadia e carece de análises mais profundas.

Quando se deseja avaliar os possíveis impactos que a integração pode causar na pequena propriedade rural rio-grandense e nas agroindústrias insumidoras dos seus produtos, a forma de inserção da América Latina na nova ordem econômica é relevante, porque dessa forma de inserção dependerá a margem de manobra que as pequenas propriedades rurais terão para assimilar determinados impactos. Em caso de uma integração "subsidiária", a ênfase, no que tange ao equacionamento dos problemas, será centrada nos interesses do "centro do bloco", que provavelmente não terá "locus" na América Latina.

Dessa forma, a hierarquia no atendimento das necessidades será orientada, em primeiro lugar, para o centro do sistema, a seguir, para os conglomerados capitalistas vinculados a esse centro, depois, para os grupos empresariais com poder de barganha junto aos governos locais e, finalmente, para as pequenas empresas, com menor poder de persuasão e "reduzida" expressão econômica, onde, talvez, se incluam as pequenas propriedades rurais latino-americanas.

Considerando que nem sempre essa expressão econômica é bem dimensionada, nem foi feito, ainda, um prognóstico do impacto econômico e social decorrente do desmantelamento de "atividades tomadas como inexpressivas", é impositivo o conhecimento dos riscos a que serão submetidas, das alternativas que poderão atenuar o impacto de fatores exógenos, mas inerentes ao processo, e do seu real significado econômico-social.

No que tange à intensidade dos riscos a que serão submetidas tais atividades, mais nitidamente com a evolução da dinâmica integracionista, mas que já se pode vislumbrar com as alterações ocorridas na ordem econômica mundial, é interessante destacar alguns aspectos apresentados por Peter F. Drucker (s.d.) em seu artigo **As Mudanças na Economia Mundial**, publicado pelo **Diário do Sul - Ensaios**.

O texto destaca três mudanças ocorridas na última década, no próprio tecido da economia.

"A economia primária se 'desvinculou' da economia industrial. Na própria economia industrial, a produção se 'desvinculou' do emprego. Movimentos de capital, ao invés de comércio (tanto em mercadorias quanto em serviços), se tornaram a força motriz da economia. Os dois não se 'desvincularam', mas a ligação se tornou mais solta e, pior, imprevisível. Essas mudanças são permanentes e não cíclicas."

Ainda segundo Drucker (s.d.), elas fazem com que a probabilidade de sucesso dependa da base de conhecimento da nova realidade.

A abordagem de algumas causas e conseqüências das "mudanças" apresentadas por Drucker, pela extensão dos seus reflexos, ilustra, com razoável clareza, o contexto onde transcorre a denominada "integração" e permite visualizar os limites das manobras viáveis para contornar obstáculos, principalmente os relativos aos problemas agrícolas.

Em contraste com as previsões do Clube de Roma, no fim dos anos 60, de que a demanda continuaria a crescer, enquanto a produção (exceto nos países desenvolvidos) cairia continuamente, a produção agrícola mundial aumentou, entre 1972 e 1985, quase um terço.

"Caso os preços dos produtos primários não tivessem despencado, o balanço de pagamentos americano poderia ter um substancial superávit; o superávit do Japão poderia ser 20% menor, e o Brasil poderia ter um saldo comercial quase 30% maior do que seu nível atual." (Drucker, s.d.).

A realidade, entretanto, é que os preços continuam caindo e que cada vez se torna mais difícil a conquista de novos mercados para os produtos agrícolas, sendo já discutível a manutenção dos existentes.

Os importadores de comida praticamente desapareceram. A Europa Ocidental tornou-se importante exportadora, e a China deverá projetar-se como destacada exportadora no ano 2000. De todos os principais países do Primeiro Mundo, só o Japão ainda é importador de alimentos, comprando um terço de suas necessidades. Dentro de cinco a 10 anos, Coréia, Indonésia e Tailândia tentarão tornar-se os maiores fornecedores do Japão. O único grande comprador em potencial (admitindo que os EUA permaneçam exportando), caso tenha recursos para as aquisições, tenderá a ser o Leste Europeu.

Além disso, a produção industrial distancia-se cada vez mais dos produtos e dos processos em que a participação de matérias-primas é muito grande. Com a evolução tecnológica, pode-se conseguir, por exemplo, com que 25 a 50kg de fibras óticas transmitam tantas mensagens telefônicas quanto uma tonelada de fios de cobre.

Toda essa realidade de desvantagem nas relações de troca pode, eventualmente, se converter em herança de mercados hoje servidos pela produção norte-americana. Não cabe aqui analisar as vantagens desse tipo de herança, embora seu registro seja imprescindível para o dimensionamento de mercados potenciais.

O indicador dessa possibilidade pode ser extraído também da análise de Peter F. Drucker (1991, p.5). O autor atribui ao fato de os EUA serem o maior exportador de produtos agrícolas e florestais a responsabilidade pelo "déficit comercial norte-americano". Considera que dificilmente poderão aumentar as exportações de manufaturados americanos para o mundo desenvolvido, nos próximos cinco anos, quando deverá intensificar-se a competição mundial, e conclui que só há duas maneiras para reduzir esse déficit:

- I- A tradicional (mas errada) - recessão acentuada que reduza em 10% o consumo doméstico, e
- II- A alternativa - revivificação da América Latina como cliente para os bens manufaturados norte-americanos".

Continuando, são citadas as razões pelas quais o mercado latino-americano é mais atrativo do que o soviético, e o autor finaliza dando a receita para que a proposição se concretize. Além de chamarem atenção as afirmações textuais de que "O albatroz da dívida externa com que todos os países da América Latina se envolveram (...) foi reduzido em todos os setores exceto na ficção legal"; e

"Se o dinheiro, que se encontra em Miami, Nova York, Zurique, Genebra e sob os colchões de praticamente todos, pudesse ser atraído para o investimento produtivo, cada nação latino-americana teria todo o capital necessário para um rápido crescimento econômico (...)",

surpreende o que está latente nas entrelinhas do artigo. Ora, se o déficit comercial norte-americano se assenta na expressividade das exportações de alimentos e se a receita para equacioná-lo é a ampliação das exportações de manufaturados, é de se perguntar: quem assumirá a responsabilidade, hoje vinculada aos EUA, de exportar alimentos para o Mundo?

Caso seja a América Latina — já que é com seu mercado que pretende sustentar a expansão das exportações de manufaturados norte-americanos —, ela também herdará a tendência a um aumento do seu déficit comercial, uma vez que os preços dos alimentos no mercado internacional estão em queda livre?

O autor, considerando que a dívida externa foi reduzida, exceto na ficção legal, pensa que, assim sendo, o déficit comercial dos EUA pode ser mais facilmente transferido para a América Latina?

Como fica a produção de manufaturados na América Latina, se o sul do continente americano deverá transformar-se em um grande mercado para os produtos manufaturados dos Estados Unidos?

O exemplo citado pelo autor — "O México deu passos razoavelmente grandes, principalmente no desmonte da proteção às indústrias de monopólio governamental e os resultados imediatos são o aumento de mais de 2/3 das compras mexicanas de produtos norte-americanos" — dá uma idéia das tendências.

Esse pano de fundo, que começa a se estruturar, permite divisar uma situação em que a América Latina guardará, em sua integração, dependência similar à que já possui em relação aos Estados Unidos da América.

Assim sendo, dificilmente se poderá comparar esse tipo de integração com a que se concretiza na Comunidade Econômica Européia, e, em consequência, a margem de manobra para superar dificuldades e assimilar impactos pode ser bastante reduzida.

As pequenas propriedades rurais, por sua posição hierárquica entre os interesses do "centro do bloco" ao qual tendem a se integrar, dificilmente serão objeto de atenção destacada; entretanto, no Rio Grande do Sul, merecem um estudo especial.

Com características peculiares, exigindo combinações específicas e tecnologias adequadas, a propriedade rural de até 50 hectares, apesar de ocupar um quarto da área dos estabelecimentos agrícolas do Estado, é representativa de 86% dos estabelecimentos e absorve 80% da mão-de-obra ocupada no setor. Além disso, detém mais de três quartos da produção rio-grandense de fumo, tomate, suínos, cebola, feijão, laranja, leite, milho e ovos; mais da metade da produção de aves e pêssego; 42% da de soja e 38% da de trigo.

Dessa forma, pelo papel que desempenha no abastecimento interno e pela condição de fornecedora de insumos para importantes agroindústrias, qualquer tipo de impacto que possa sofrer tenderá a produzir reflexos expressivos no conjunto da economia.

Considerando a necessidade do estudo aprofundado da pequena propriedade rural, entre outros, ao recomendá-lo é interessante destacar alguns aspectos que emergem das ponderações anteriores:

- apesar de a Política Agrícola Comum (PAC) da CEE haver se sedimentado em 1969, portanto há mais de 20 anos, ainda se registram discussões nesse particular, o que configura como pouco viável um ajustamento integrativo da América Latina até 1995;
- a magnitude do papel que a pequena propriedade rural desempenha no processo de acumulação de capital é discutível, em consequência, alguma medida de política econômica deve resguardá-la do esfacelamento;

- a expansão do processo integrativo latino-americano via "criação de comércio", na medida em que seja liberada a aquisição de bens produzidos pelos países vizinhos a preços mais convidativos, poderá condenar algumas culturas ao desaparecimento, devendo-se, rapidamente, identificar alternativas, seja para melhoria de sua competitividade, ou, caso isso não seja possível, para sua substituição;
- mesmo que a forma de inserção da América Latina no contexto econômico mundial seja subsidiária e que a preocupação do "centro do bloco" esteja voltada para outras prioridades, o Poder Público do Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista a representatividade da mão-de-obra ocupada na pequena propriedade, deve atentar para os reflexos da integração sobre esses estabelecimentos;
- embora as mudanças do contexto econômico mundial tenham desvinculado a economia industrial da primária nesta parte do Mundo, os reflexos de uma retração na oferta de insumos locais ainda deverão repercutir na agroindústria;
- uma possível transferência do papel de abastecedor de alimentos dos EUA para a América Latina tenderá a influenciar toda a economia (a produção em maior escala poderá alterar a organização fundiária, com reflexos em todo o Setor Primário, enquanto a transformação do continente sul-americano em mercado de manufaturados para os EUA abalará, sem dúvida, a indústria).

O fato de ainda se estar discutindo detalhes integracionistas na CEE deve servir de alerta para a complexidade do processo e a necessidade de cautela na sua implementação.

## Bibliografia

- ACCURSO, Claudio F. (1990). Integrações regionais na periferia. In: SEITENFUS, Vera M.P., BONI, Luis A., coord. **Temas de Integração Latino Americana**. Petropolis: Vozes. p.82-103.
- CASTAN, N.B., coord. (1983). **A produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista**. Porto Alegre: FEE.
- DRUCKER, Peter F. (1991). Na América Latina a resposta para o déficit comercial dos E.U.A. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 29 maio. p.5.
- DRUCKER, Peter F. (s.d.). As mudanças na economia mundial. **Diário do Sul**, s.n.t.
- MUNHOZ, Dércio Garcia (1987). Dívida externa: um viés anti-integração. In: BAUMAN, Renato, LERDA, Juan Carlos, org. **Brasil-Argentina-Uruguai: a integração em debate**. Brasília: Marco Zero. p.78-96.